



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5140/2024

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2024.

Processo nº 0963444-37.2024.8.19.0001,
ajuizado por

, representada por

Trata-se de Autora, de 66 anos de idade, internada no Hospital Municipal Pedro II, **diabética, cardiopata, ex-tabagista**, admitida em 18 de novembro de 2024, apresentando quadro de **descompensação cardíaca e pulmonar e dessaturação**. Diagnosticada com **insuficiência e regurgitação tricúspide severa, derrame pericárdico e hipertensão pulmonar**. Durante a internação, apresenta períodos de **descompensação cardíaca e respiratória**, necessitando, por vezes, de suplementação de oxigênio. Permanece internada em leito de enfermaria hospitalar, inserida no Sistema Estadual de Regulação – SER para **cardiologia cirúrgica**. Necessita de **acompanhamento em hospital de grande porte com unidade coronariana especializada, preferencialmente com especialidade cirúrgica com urgência**, devido ao risco à sua vida (Num. 160759846 - Pág. 8). Foi pleiteada **transferência para unidade coronariana especializada para realização da cirurgia cardíaca prescrita** (Num. 160759845 - Pág. 9).

Inicialmente cabe destacar que, embora à inicial (Num. 160759845 - Pág. 9) tenha sido pleiteada, para a Autora, a **transferência para unidade coronariana especializada para realização da cirurgia cardíaca prescrita**, em documento médico anexado ao processo (Num. 160759846 - Pág. 8) **não consta a prescrição e a especificação de cirurgia cardíaca**. Destaca-se que, no laudo médico, foi descrito que a Requerente *foi regulada via SER para cardiologia cirúrgica* e que *necessita de acompanhamento em hospital de grande porte com unidade coronariana especializada, preferencialmente com especialidade cirúrgica*.

Diante o exposto, informa-se que a **transferência para unidade coronariana especializada para avaliação, acompanhamento e definição de conduta terapêutica está indicada** ao manejo do quadro clínico que acomete a Autora (Num. 160759846 - Pág. 8).

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), informa-se que o **leito** requerido **é coberto pelo SUS**, conforme o SIGTAP. Assim como **distintas cirurgias cardíacas estão padronizadas no SUS**, sob diversos códigos de procedimento.

No entanto, **somente após a avaliação do médico especialista (cirurgião cardíaco/torácico/valvar) que irá assistir a Suplicante, poderá ser definida a conduta terapêutica mais adequada ao seu caso**.

Para regulamentar o acesso aos procedimentos em cardiologia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

em Cardiologia Regional de cada unidade federada, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde¹.

Ressalta-se que no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite, a CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019, que pactua as **Referências em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro**². Assim, o Estado do Rio conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção cardiológica e suas referências para as ações em cardiologia de média e alta complexidade por Região de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde³.

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Demandante, aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **Sistema Estadual de Regulação – SER** e observou que ela foi inserida em **26 de novembro de 2024**, com **solicitação de internação para plástica valvar e/ou troca valvar múltipla (0406010820)**, tendo como unidade solicitante o **Hospital Municipal Pedro II**, com situação **leito reservado** na unidade executora **Instituto Nacional de Cardiologia**, sob a responsabilidade da CREG-METROPOLITANA I - CAPITAL.

Desta forma, entende-se que **a via administrativa está sendo utilizada** no caso em tela, com a **regulação e reserva de leito para a Autora em unidade de saúde especializada**.

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

JAQUELINE COELHO FREITAS

Enfermeira
COREN/RJ 330.191
ID. 4466837-6

RAMIRO MARCELINO

RODRIGUES DA SILVA
Assistente de Coordenação
ID. 512.3948-5
MAT. 3151705-5

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

² A Deliberação CIB-RJ nº 3.129 de 25 de agosto de 2014 que aprova a recomposição da Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/650-2019/julho/6520-deliberacao-cib-rj-n-3-129-de-25-de-agosto-de-2014>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 09 dez. 2024.